

OS DESAFIOS DAS LICENCIATURAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO NA ERA NEOLIBERAL

Vanderlei Balbino da Costa ¹
Isa Mara Colombo Scarlati Domingues ²

RESUMO

O século XX foi marcado por diversas transformações políticas, econômicas e sociais. Nesse cenário vimos ruir o socialismo, a remoção do muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e a dissolução das quinze Repúblicas Soviéticas. A presente investigação, intenciona fazer uma reflexão sobre as influências das políticas neoliberais na educação brasileira. O exposto fez minar no nosso imaginário algumas indagações: Quais são os desafios encontrados na formação de professores? e a educação carcomida pelo discurso neoliberal como se apresenta neste cenário de intensas mudanças? Os objetivos se consubstanciaram em: Entender as causas políticas pelas quais à formação de professores vem passando por intensos processos de precarização; discutir porque o trabalho docente vem sendo carcomido pelos discursos neoliberais; averiguar por quais razões políticas têm sido avassaladoras as influências do neoliberalismo na formação de professores nas últimas décadas. Nossa opção foi pela investigação qualitativa. Apoiamos também em pesquisas bibliográficas e documentos oficiais que regem sobre a formação de professores. Teóricos utilizados nesta investigação vem nos mostrando que com a propagação do globalitarismo espreado mundo afora, das políticas neoliberais e do gerencialismo na educação pública, em especial, a brasileira o trabalho docente, a autonomia da escola e a formação vêm perdendo sua função. Resultados garimpados vem nos mostrando que na esfera internacional as políticas neoliberais centradas no gerencialismo, na postura mercadológica do Banco Mundial tem contribuído para que à educação a cada momento seja controlada pelas leis do mercado, dentre elas, proliferação de fundações como: Lemann, Itaú, Votorantin, [...] que em nome da "qualidade" se propõe gestar a educação. Considerações não conclusivas nos fazem refletir que cada vez mais a formação de professores, em especial, no Brasil, vem perdendo sua autonomia política, principalmente quando referimos à educação carcomida pelo discurso neoliberal que proliferou nas últimas três décadas no cenário mundial.

Palavras-chave: Formação de Professores, Desafios das Licenciaturas, Políticas Educacionais, Precarização do Trabalho Docente, Gerencialismo na Educação Pública.

INTRODUÇÃO

No adormecer do século XX, registra-se no cenário mundial diversas transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram a história do planeta no último decênio do século passado. Isto posto, vimos de forma avassaladora, ruir o socialismo nos países do Leste europeu, a histórica remoção do muro de Berlim entre as duas Alemanhas, o qual dividiu por décadas o mundo em dois blocos. Soma-se a essa escalada de transformações um repugnante

¹ Pós Doutor em Educação - Produção da identidade e docente na Universidade Federal de Jataí - UFJ, vanderleibalbino@ufj.edu.br;

² Pós Doutora em Educação e docente na Universidade Federal de Jataí - UFJ, scarlati@ufj.edu.br;

período intitulado Guerra fria que pôs Estados Unidos e União Soviética frente a frente, em um conflito que, embora silencioso, provocou tensões políticas em todos os continentes.

Na esteira dessas transformações, presenciamos mundo afora o processo de Globalização Econômica que abalou as estruturas de centenas de países espalhados ao redor do planeta. Nesse emaranhado universo de mudanças, vimos florescer um regime, aqui intitulado de neoliberalismo que propõe o afastamento quase total do Estado em tudo que é público, dentre esses a educação, obviamente carcomida por um discurso, cuja defesa é pela contenção de gastos.

O ensaio inicial que ora apresentamos nessa pesquisa, intenciona discutir a configuração do trabalho e das políticas educacionais nas últimas três décadas, em especial, quando o foco é o neoliberalismo, cujo fio condutor é o gerencialismo que vem sendo implementado, subordinando os países em desenvolvimento a se ajoelharem frente ao cenário que o capitalismo global impôs.

A presente investigação, ora em sua fase inicial intenciona fazer uma reflexão sobre as influências das políticas neoliberais na educação brasileira que borbulharam ao redor do planeta no fim do século XX e adentrou também nas duas primeiras décadas do século XXI. Nessa crescente escalada de mudanças, o exposto fez minar no nosso imaginário as seguintes questões suleadoras: Quais são os desafios encontrados na formação de professores? e a educação carcomida pelo discurso neoliberal como se apresenta neste cenário de intensas mudanças?

Desse modo, os objetivos que sulearam essa reflexão foram: Entender as causas políticas pelas quais a formação de professores vem passando por intensos processos de precarização; discutir porque o trabalho docente vem sendo carcomido pelos discursos neoliberais; averiguar por quais razões políticas têm sido avassaladoras as influências do neoliberalismo na formação de professores nas últimas décadas.

A investigação ora em sua fase inicial encontra-se dividida em três seções, a saber: No primeiro momento faremos considerações sobre os referenciais que elucidam a educação sendo caracterizada como uma mercadoria que pode ser adquirida em um luxuoso balcão de negócios nas universidades privadas. Em um segundo momento, discutiremos a configuração do trabalho docente, sua precarização frente um regime que não mais vê a formação como prioridade. Finalmente na última seção teceremos comentários sobre precarização das licenciaturas nas duas últimas décadas do século XXI.

METODOLOGIA

Nossa opção nesta proposta de pesquisa reflexiva foi pela investigação qualitativa. Desse modo, lançamos mão de Lüdke e André, (1986, p. 11) ao pontuar que "A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento". Isto posto, as autoras acentuam que em estudos qualitativos não há preocupação em quantificar dados, mas sim, qualificar discursos dos sujeitos.

Fizemos também opção por diversos materiais bibliográficos, os quais nos embasaram na realização desse processo investigativo. Apoiamos em Severino, (2016, p. 123), para dizer que "Nas investigações bibliográficas o pesquisador parte das pesquisas já existentes para fundamentar seu trabalho". Desse modo, preciso afirmar que além da opção por um referencial bibliográfico, optamos também em discutir alguns dados garimpados junto as 10 licenciaturas que atuamos em nossa Universidade.

Se considerarmos ainda as legislações, conferências e declarações, que lançamos mão para realizar a investigação, enveredamos também pela pesquisa documental, presente nos escritos de Piana (2009, p. 122), ao acentuar que: "A pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser fonte rica e estável de dados: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes". Reservamos o direito de dizer que esses referenciais contribuíram de forma substancial nesse processo investigativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Não obstante a essas transformações políticas presenciamos no cenário global o reflorescer do neoliberalismo, cuja intensão é privatizar empresas estatais, submetendo nossa economia a um quase total desregulamento, uma liberação do comércio exterior sob a alegação de que com essas medidas, haveria desenvolvimento para todos os países.

Ainda nos anos de 1980, no chamado Consenso de WASHINGTON, oito países latinos, representados por Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia foram convocados com a finalidade de formular ajustamentos econômicos, intencionando reduzir as crises que assolavam o continente. Nesse encontro, o economista norte-americano John Williamson propôs a aprovação de um documento com dez propostas de reformas, sobre as quais havia consenso entre governos latinos e tecnocratas americanos na defesa de que era preciso propor medidas concretas que pudesse amenizar as crises.

Já faz algumas décadas que ouvimos discursos de economistas tecnocratas de que os anos de 1980 foram considerados como uma década perdida. Em seus escritos Souza e Flores, (2017, p. 218), pontuam que:

As sucessivas crises no sistema capitalista, sobretudo após a década de 1980 - considerada por parcela dos economistas como "década perdida" para os países da América Latina - levaram os governos dos países desenvolvidos a proporem medidas econômicas para desenvolver a economia desses países latino-americanos [...].

Essas medidas, obviamente defendidas pelos norte-americanos pôs nossa economia de joelho frente as grandes potências.

A escalada do regime neoliberal se intensifica no Brasil a partir dos anos de 1990, com a eleição de Fernando Collor quando propõe a aprovação do Programa Nacional de Desestatização (PND). Penso ser mister pontuar que as tentativas para privatizar empresas estatais se inicia com Figueredo, último governo da ditadura que criou a Comissão de Desestatização, a qual consolidou a privatização de 20 empresas. Esse processo se amplia no governo sarnei quando privatiza mais 18 estatais, sendo 12 controladas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As políticas neoliberais encontraram terreno fértil no governo Fernando Henrique Cardoso-1995-2002. Nesse modelo, preciso acentuar que a reforma gerencial do Estado era defendida por governos que viam nas privatizações a saída para superar as crises que assolava a economia global. Em seus escritos, Souza e Silva (2008, p. 264), assinalam que era preciso criar: "Um Estado mais eficiente e menos burocrático que vislumbrasse reformas, [...], uma vez que o Estado apresentava problemas de governança, considerando que a gestão era rígida e ineficiente e isso, impedia a implementação de políticas públicas mais flexíveis". Isto posto, preciso pontuar que estava aí dada a largada para a imersão do Brasil aos titames do globalitarismo.

Teóricos utilizados nesta proposta investigativa vêm nos mostrando que com a propagação do globalitarismo espreado mundo afora, das políticas neoliberais e do gerencialismo na gestão pública, em especial na educação brasileira, o trabalho docente e a autonomia da escola vêm perdendo sua função precípua que é de oferecer uma educação libertadora, pautada nos princípios da cooperação e humanização. (Bresser-Pereira 1997, p. 13):

O Projeto Organizações Sociais, no âmbito do Programa Nacional de Publicização (PNP), tem como objetivo permitir a publicização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, baseado no pressuposto de que esses serviços ganharão em qualidade: serão otimizados mediante menor

utilização de recursos, com ênfase nos resultados, de forma mais flexível e orientados para o cliente-cidadão mediante controle social.

O reflexo dessa perversa ação pôs diversos serviços públicos nas mãos de agentes privados, tirando as funções do Estado.

O ideário neoliberal que borbulhou mundo afora por meio dos discursos dos governos que defendem o afastamento quase total do Estado pôs em xeque nossa economia. Ao se referir a educação, essa seguramente é a mais prejudicada por vários aspectos, a saber: cortes nos gastos públicos; redução nos investimentos na concessão de bolsas para qualificação dos professores; redução do fomento à pesquisa e por fim, abertura para novos cadastros de Instituições privadas que ofertam o Ensino a distância.

Nas últimas décadas temos observado que na esfera universitária, a educação superior vem passando por processos de precarização, principalmente, quando o Governo propõe as parcerias público-privadas ao registrar convênios em Projetos como FIES, PROUNI, dentre outros. A nosso ver o discurso se contradiz quando ao invés de investir nas Universidades públicas, distribui-se fortunas nas instituições de caráter privado, sob a alegação de que os serviços públicos são precarizados, insuficientes para manter a formação nos diversos âmbitos. Frente ao exposto, registramos nas últimas duas décadas um vertiginoso crescimento de Universidades privadas, cujo acesso a um diploma superior é apenas um balcão de negócios, luxuosamente instalado nas Universidades privadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados até aqui garimpados, compõem apenas um fragmento do projeto de pesquisa que temos cadastrado junto a Pró-reitoria de pesquisa e inovação da Universidade Federal de Jataí. Esse resultado presente nesta investigação vem nos mostrando que na esfera internacional as políticas neoliberais centradas no gerencialismo, na postura mercadológica do Banco Mundial tem contribuído para que à educação a cada momento seja controlada pelas leis do mercado.

Ao se referir ao Brasil, presenciamos um aumento vertiginoso de fundações privadas "sem fins lucrativos", como fundação Lemann, Itaú, Votorantin, [...] que em nome da "qualidade" se propõe gestar a educação. Via de regra, isso nos faz pensar que cada vez mais, o Estado vem se afastando de suas funções precípuas, dentre elas, a educação pública, voltada a formação dos futuros professores que vão atuar na educação básica.

Nossas pesquisas vêm revelando que cada vez mais cai a procura pelos cursos que se propõem formar professores. Pinto 2014; Moriconi; Gimenes; Leme, 2021; Moriconi et al. 2023; Tartuce; Nunes; Almeida, 2010, dentre outros assinalam que a baixa atratividade da carreira docente, número exíguo de professores formados pelas universidades em diversas licenciaturas, a não permanência dos formados no solo da escola, o adoecimento e a evasão dos professores em exercício, são apontados como os principais fatores na carência de professores na educação básica, obviamente provocado pelas más condições de trabalho.

A carência de professores na educação básica não pode ser explicada pela ausência de ofertas de vagas na formação nas licenciaturas nas universidades. Em seus estudos, Pinto (2014), explica que não é pela falta de vagas nas licenciaturas que se propõe a esse fim. É sim pela baixa atratividade da carreira, pelos baixos salários, pelas condições de trabalho, enfim, pela desvalorização da profissão docente.

A falta de professores formados em áreas específicas revela: que em nível nacional, os componentes curriculares em que há maior carência de professores sem formação adequada nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio são: Sociologia (60,7%), Língua Estrangeira (56,5%), Artes (48,5%), Filosofia (46,7%) e Física (46%).

Ao longo das últimas três décadas vem sendo crescente a oferta de cursos voltados a formação de professores nas instituições privadas. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2009), revela que o número de instituições privadas de ensino superior aumentou 197,1% entre 1995 e 2007. Em contrapartida, o número de instituições públicas cresceu apenas 18,6%, no mesmo período. Em se tratando do Brasil, este se encontra em uma posição desfavorável em relação aos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Só para exemplificar, estamos atrás da Argentina, Chile e Colômbia. Dados revelam que no Brasil menos de 20% dos jovens acessam o ensino superior.

Resultados garimpados nessa pesquisa vem nos mostrando que comparado a taxa bruta de matrículas no ensino superior, que no Brasil é menos de 20%, o país tem pela frente grandes desafios para alcançar, quando o foco se refere ao acesso dos jovens no ensino superior. Exemplifica-se esses dados quando observamos o levantamento realizado pela OCDE, quando referimos o acesso ao Ensino Superior. Na Finlândia - 87%, EUA - 82, Austrália - 72, Argentina - 61, Chile - 43 e Colômbia - 27. O exposto nos faz refletir: estamos atrás de países com PIB inferior ao Brasil.

A abertura da mercadologização da educação se escancara a partir dos anos 2000. Em seus escritos, Oliveira (2009, p. 752), assinala que "O setor internacional movimenta,

anualmente, os US\$ 2,2trilhões [...]". O Autor ainda destaca que Quando Referimos ao Brasil, "O ensino privado movimente por ano R\$ 90 bilhões, o equivalente a aproximadamente 3% do PIB [...]". Oliveira acrescenta que "de 2001 a 2008, o setor de ensino privado aumentou seu movimento de capitais de R\$ 10 bi para 90! Nenhum setor na economia brasileira cresceu tanto no período".

Outro resultado alarmante que nos provoca espanto é o alto número de alunos matriculados na graduação nas 10 maiores instituições de ensino superior. Isso pode ser constatado nos escritos de Diniz-Pereira (2015, p. 275), ao acentuar:

Em primeiro lugar, está a Universidade Paulista (UNIP) com 145.498 matrículas. A Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, com 116.959 discentes matriculados na graduação, apresenta-se logo em seguida. Em terceiro lugar, vem a Universidade Nove de Julho (UNINOVE), também de São Paulo, com 84.398 matrículas. A Universidade de São Paulo (USP), a IES pública mais bem colocada, aparece apenas em 6º lugar, com um total de 49.774 alunos matriculados em cursos de graduação.

Precisamos assinalar que dessas 10 universidades que mais tem alunos frequentando a graduação, apenas três são públicas.

A escalada dessa mercadologização na educação se faz presente em dois âmbitos: 1º, no Brasil registra-se empresas estrangeiras adquirindo IES no território nacional. Exemplifica essa aquisição na compra do Laureate Education, grupo sediado nos Estados Unidos em 2005, comprou 51% do capital da Anhembi Morumbi. Essa instituição ocupa a 27ª IES com alunos matriculados na graduação. 2º, o inverso também se registra nos escritos de Diniz-Pereira (2015, p. 276), ao assinalar que as universidades-empresa do Brasil passaram fazer investimentos fora do país. Diniz-Pereira assevera que "A universidade Estácio de Sá, adquiriu 100% da Asociación de Estudios Superiores de Las Américas, no Paraguai e 80% da Escuela de Informática SRL, no Uruguai, em 2007". O excerto nos faz refletir que a expansão do Ensino Superior ultrapassa fronteiras, movimentando bilhões mundo afora.

O terreno fértil para as privatizações na educação pode ser caracterizado no crescimento avassalador de instituições que atuam a Distância no Ensino Superior. De acordo com Giolo (2008), citado por Diniz-Pereira (2015, p. 276), A iniciativa privada (...) tendo explorado todos os caminhos da educação superior presencial (os cursos de fácil oferta - bacharelados, licenciaturas e tecnólogos) e tendo já experimentado, ali, os limites da demanda, bateu às portas do MEC, solicitando credenciamento para atuar com educação a distância (GIOLO, 2008, p. 1224).

Ao se referir a Instituição de Ensino Superior, na qual estou vinculado, o esvaziamento nas licenciaturas é assustador nos últimos cinco anos. Nessa IES, há dez licenciaturas, sendo que o curso de pedagogia oferta anualmente 80 vagas.

Precisamos pontuar que nessa Instituição as licenciaturas que se propõe formar professores são: Ciências Biológicas; Educação Física; Física; Geografia; História; Letras Inglês; Letras Português; Matemática; Pedagogia; Química. Considerando que esses dez cursos oferecem 440 vagas por ano, o percentual formado em 2019, é de apenas 18,64%.

A escalada dessa evasão se constata em 2020, quando foram formados apenas 98 estudantes, menos de 22,27%; O processo de evasão é avassalador em 2021 quando a pandemia da Covid-19 dizimava milhões de vidas ao redor do mundo. Nesse ano, foram formados em nossa instituição apenas 72 estudantes, ou seja, 16,36%;

No ano de 2022, quando o planeta começava a retomar suas atividades em todos os espaçostempos, na Universidade onde atuamos foram formados 115 acadêmicos, exatamente 26,14%; finalmente, em 2023, das 440 vagas que potencialmente poderiam ser ocupadas, nas dez licenciaturas formaram apenas 92 estudantes. Considerando os dados disponibilizados pelo setor de Gestão Acadêmica da Instituição, isso equivale 20,91%.

Os resultados, embora parciais nos fazem inferir que a cada ano vem reduzindo a procura pelos cursos que se propõem formar professores. Esse reflexo não é um fenômeno apenas na Universidade que atuamos. Essa ausência de jovens que procura os cursos de formação docente é uma realidade nacional. Daí, nossas percepções nos levam a refletir: a licenciatura tem pela frente grandes desafios: lutar para continuar existindo em um país que vê a educação como uma mercadoria qualquer que pode ser compra em um balcão de negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações, obvio, não conclusivas, levando em conta que nossa pesquisa se encontra em sua fase inicial, nos fazem reflexionar que cada vez mais a gestão pública, em especial, a brasileira vem perdendo sua autonomia política, principalmente quando referimos à educação carcomida pelo discurso neoliberal que proliferou nas últimas décadas no cenário mundial.

Os números garimpados nessa pesquisa pôs nosso imaginário para reflexionar: em algumas licenciaturas existentes nessa Universidade, das 40 vagas ofertadas, há cursos que

formam juntos apenas 4 ou 5 estudantes por ano. Isso quer dizer que a cada momento, a formação de professores vem se esvaziando.

As reflexões que fizemos nesse ensaio inicial de pesquisa nos fizeram perceber que ao longo das três últimas décadas, cada vez mais o globalitarismo associado ao regime neoliberal vem sendo avassalador em relação a coisa pública, em especial, a educação que hoje representa apenas um valor de mercado vendida nos luxuosos balcões das instituições privadas, sob o discurso "sem fins lucrativos".

As considerações aqui expressas, nos fazem refletir sobre o quanto as influências das políticas neoliberais implementadas nos Países em desenvolvimento nos últimos trinta anos foram decisivas para que a cada momento nossa autonomia fosse se perdendo, sendo controlada pelos mecanismos internacionais como o Banco Mundial. A reflexão ora apresentada nos permite afirmar que nossa Educação se tornou uma mercadoria vendida em balcões das Instituições privadas espalhadas mundo afora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da educação superior: 2007 - resumo técnico. Brasília: INEP/MEC, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1997.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS), v. 9, p. 273-280, 2015. Disponível em: <<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1355/449>>. Recuperado em: set. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?format=pdf&lang=pt>>. Recuperado em: ago. 2024.

PIANA, Maria Cristina. A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras? *Jornal de políticas educacionais*, [S. l.], n. 15, p. 3-12, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/39189/24026> >. Recuperado em: ago. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016;

SOUZA, Fábio Araujo de; FLORES, Maria Marta Lopes. Uma análise sobre a implementação das Organizações Sociais nas escolas de Goiás: Os recursos públicos em questão. *REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS)*, v. 11, p. 217-229, 2017. Disponível em: <<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1604/577>>. Recuperado em: ago. 2024.

SOUZA, Raquel; SILVA, Marcelo. Reestruturações na administração pública brasileira e os desdobramentos na educação superior. *Linhas Críticas*, v. 14, n. 27, p. 263-282, 2008. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3490/3179> >. Recuperado em: jul. 2024.

